

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.361 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 17 DE SETEMBRO DE 2001

Plenário deve votar mudanças na Lei das Sociedades Anônimas

Projeto que tem votação prevista para quarta-feira altera legislação de 1976 e objetiva fortalecer o mercado de ações e proteger os acionistas minoritários. Com pareceres favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos, a matéria, se aprovada pelo Senado, irá à sanção presidencial.

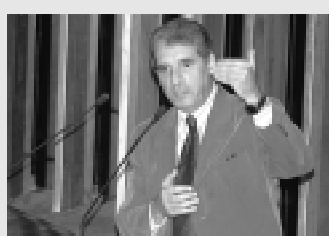
PÁGINA 3



Romero Jucá destaca maturidade política no encontro de FHC com líderes do Congresso



Francelino quer mais segurança nos aeroportos de Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro



José Fogaça vê nos atentados motivação típica do século XX, caracterizado pela intolerância



Lauro aponta "maniqueísmo perigoso" em atitudes do presidente norte-americano



Maguito Vilela teme desencadeamento de uma onda de violência em escala mundial

Senadores avaliam repercussões de ataques terroristas

PÁGINA 8

CRE

Quintão explicará edital para compra de 108 aviões

O ministro da Defesa, Geraldo Quintão, será ouvido amanhã pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Ele falará sobre a licitação para compra de 108 aviões destinados à Força Aérea Brasileira. Também estarão na audiência os comandantes do Exército, Gleuber Vieira, da Aeronáutica, Carlos Almeida Baptista, e da Marinha, Sérgio Gitirana Chagasteles.

PÁGINA 4

CAE

Projeto garante recursos para construção da casa própria

A Comissão de Assuntos Econômicos examina amanhã projeto de Antonio Carlos Valadares que cria programa alternativo para financiamento da construção da casa própria. Teriam direito a recursos do Sistema Financeiro de Habitação pessoas com renda de até 20 salários mínimos.

PÁGINA 5

CAS

Venda de remédios a granel pode ser autorizada

Deve ser votado quarta-feira pela Comissão de Assuntos Sociais substitutivo do senador Tião Viana ao projeto que permite às farmácias vender remédios a granel. Se a proposta for aprovada, medicamentos poderão ser adquiridos na quantidade exata indicada pelo médico.

PÁGINA 5

CE

Em votação, mudanças em programas de rádio e TV

A Comissão de Educação discutirá amanhã projeto do senador Antero Paes de Barros determinando que 50% da programação das emissoras de rádio e televisão seja produzida localmente. A proposta, que estimula a cultura local, recebeu parecer favorável do relator, Casildo Maldaner.

PÁGINA 6

Jader confirma para amanhã renúncia à Presidência

Senador diz que iniciativa vai contribuir para acabar com a crise que atinge a Casa e nega qualquer acordo envolvendo o processo pedido contra ele no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Segundo Jader, a inconsistência do relatório apresentado pela comissão especial é "uma brutalidade".

PÁGINA 2



Jader critica precipitação e prejulgamento no noticiário

Jader reafirma que deixa a Presidência da Casa amanhã

Segundo o senador, a renúncia contribuirá para pôr fim à crise iniciada com sua decisão de enfrentar Antonio Carlos Magalhães

O presidente do Senado, Jader Barbalho, reafirmou sexta-feira que renunciará amanhã ao cargo. Ele destacou que a iniciativa contribuirá para acabar com a crise que atinge a Casa, deflagrada, segundo disse, com sua decisão de enfrentar o ex-senador Antonio Carlos Magalhães, lançando-se candidato à Presidência do Senado.

Jader negou a existência de qualquer acordo político em torno da renúncia e da sua permanência como senador pelo Pará. Ele observou que há precipitação e prejulgamento no noticiário sobre as investigações da comissão especial do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar sobre denúncias de seu envolvi-



Jader Barbalho considera o relatório da comissão que o investigou "uma brutalidade"

mento em desvio de recursos do Banpará.

— É absolutamente prematuro, na medida em que o Conselho de Ética sequer votou a admissibilidade do processo e a inconsistência do relatório apresentado é uma brutalidade. Estou sendo

acusado de quebra de decoro por tentar me defender, coisa que nunca foi vista sequer durante a ditadura militar.

Jader reafirmou que está sendo vítima de uma "vendeta política", e disse que poderá, após a renúncia à Presidência, dedicar-se à defesa dos interesses do Pará no Congresso e em Brasília.

A respeito dos nomes para sua sucessão na Presidência do Senado, Jader observou que a escolha será da bancada do PMDB na Casa, "sob a coordenação do líder da bancada". Ele evitou manifestar sua preferência, ressaltando que os nomes em especulação são "todos credenciados".

Senado participa de feira de livro em Belém

Desde sexta-feira, quando a Feira Pan-Amazônica do Livro foi aberta em Belém, o Senado está em contato direto com a população do Pará, informando os visitantes sobre as atividades da Casa e oferecendo as publicações do Conselho Editorial e da Secretaria Especial de Editoração e Publicações. No domingo, o senador Luiz Otávio (sem partido-PA) lançou, no estande do Senado, a Constituição do Pará em braile.

O Senado também promove durante a feira exposição de documentos do Arquivo da Casa, como o manuscrito da Lei Áurea e as cartas de renúncia dos ex-presidentes Jânio Quadros e Fernando Collor.

Presidente encontra-se com Lobão para explicar renúncia

O presidente do Senado, Jader Barbalho, visitou sexta-feira o vice-presidente da Casa, Edison Lobão. Jader foi explicar a Lobão por que, ao reassumir o cargo na véspera, não lhe comunicou a intenção de renunciar amanhã ao cargo.

— Vim explicar ao Lobão que só anunciei a renúncia depois da chegada do Temer do Planalto — disse, referindo-se ao fato de o deputado Michel Temer (PMDB-SP) ter trazido ao Senado a notícia de que o presidente da República dava seu aval a acordo partidário para que a Presidência do Senado continuasse com o PMDB.

Em entrevista concedida pouco antes, Jader reiterou que as acusações contra ele não têm

fundamento. E disse esperar que sejam rejeitadas pelos senadores, pois, acrescentou, fazem parte de perseguição política decorrente de sua vitória na disputa pela Presidência.

— Eu, na verdade, estou sendo sentenciado pelo fato de ter tido a ousadia de ser eleito presidente do Senado. Se não tivesse sido eleito, com o apoio da maioria absoluta, não estaria passando por todos esses constrangimentos.

O senador afirmou estar sendo submetido a julgamento político, no qual "a sentença antecede o próprio processo". Ele acha também que outras instâncias deveriam ser esgotadas antes do exame do assunto pelo Senado.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 17 DE SETEMBRO DE 2001

PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa

PREVISÃO PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: projeto que obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo (GLP) ou de gás natural a lacrar os botijões e requalificá-los; projeto que inclui Filosofia e Sociologia no currículo do ensino médio; entre outras.

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Hora do Expediente: destinada a homenagear o Círio de Nossa Senhora de Nazaré.

Pauta: projeto que altera a Lei das Sociedades por Ações; Mensagem que submete ao Senado a escolha de José Viegas Filho para, cumulativamente com a função de embaixador do Brasil na Rússia, exercer a de embaixador junto às Repúblicas da Belarus, Casaquistão e da Geórgia; Mensagem que submete ao Senado a escolha de Marco Antônio Diniz Brandão para exercer a função de embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia; entre outras.

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da emenda constitucional que dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste; Requerimento que solicita a criação de uma comissão temporária para discutir a legislação vigente sobre os direitos dos idosos, com o objetivo de elaborar proposição sobre o Estatuto do Idoso.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira

10h — CPI de Futebol

Pauta: depoimento do vice-presidente administrativo do Clube de Regatas Vasco da Gama, Mário Cupello.

Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: 13 matérias, incluindo projeto que institui o Programa de Construção Associativa da Casa Própria. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

10h — Comissão Mista de Orçamentos

Pauta: apreciação de diversos relatórios. Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães — Câmara dos Deputados

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: 5 matérias, incluindo projeto que obriga as emissoras de rádio e televisão a manterem pelo menos 50% de sua programação voltada para a cultura local. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

17h30 — CPI das ONGs

Pauta: depoimento do deputado Sérgio Carvalho, relator da CPI Grilagem de Terras na Amazônia. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13

17h30 — Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Pauta: audiência pública com o tema "A Formação de uma Comunidade Latino-Americana de Nações sob o Amparo Legal da Constituição Brasileira", com a presença dos embaixadores Luís Gonzalez Arias, do Paraguai; Juan José Uranga, da Argentina, e Augustín Espinosa, do Uruguai. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: exposição do ministro da Defesa, Geraldo Quintão, e outras autoridades acerca da licitação internacional destinada à compra de aviões para reaparelhamento da Força Aérea Brasileira (FAB). Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7

Quarta-feira

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: 24 matérias, incluindo projeto que autoriza os municípios a formarem consórcios para implementação de políticas comuns de desenvolvimento. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

14h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: 7 matérias, incluindo votação em turno suplementar de projeto que disciplina a venda a granel de medicamentos. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

Quinta-feira

10h — Comissão Mista de Orçamentos

Pauta: audiência pública com o presidente do Banco Central, Arminio Fraga. Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães — Câmara dos Deputados

ESPECIAL

Quarta-feira

12h — Cultura ao Meio-Dia

Filme: Spot, um Cão da Pesada, de John Whitesell. Auditório Petrônio Portella

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



Valadares: lei deve fixar valores anuais para fundos

Plenário discute garantias para fundos regionais

A proposta de emenda à Constituição (PEC) que estabelece a fixação em lei dos valores das dotações orçamentárias anuais para o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDN) começa a ser discutida em primeiro turno hoje. A PEC também determina que esses recursos sejam repassados na forma de duodécimos mensais e proíbe que sejam submetidos a contingenciamento ou limitação. Aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a matéria recebeu parecer favorável do senador Jefferson Péres (PDT-AM).

O autor da PEC, senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), justifica sua proposta afirmando que, apesar de os fundos terem sua situação definida até 2013 por medida provisória, ainda existe o risco de revogação ou alteração dos termos ali estabelecidos. "Não há garantias de que os recursos previstos na lei serão de fato transferidos para os novos fundos de desenvolvimento, o que prejudicaria sobremaneira o desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste", explica. Com a constitucionalização da matéria, Valadares entende que os recursos ficam garantidos e os fundos tornam-se permanentes, porque incluídos no arcabouço jurídico-constitucional.

— A emenda exige que lei fixe os valores anuais a serem alocados nos fundos, que serão repassados integralmente na forma de duodécimos mensais. Também é importante garantir na Constituição a vedação relativa a possíveis contingenciamentos ou limitações dos recursos dos fundos de desenvolvimento, tendo em vista que o governo recorre a esses expedientes, quando de incertezas em relação ao comportamento da arrecadação tributária e do cumprimento das metas de déficit público — explica.

Outra modificação implícita é a não estipulação de prazo para término das transferências de recursos do Tesouro Nacional para os fundos, ao contrário da MP, que restringiu o repasse até 2013.

Senado vota na quarta-feira projeto que altera Lei das Sociedades Anônimas

Também está na pauta do Plenário para esta semana a inclusão de Filosofia e Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio

Aprovadas em 1976, a Lei das Sociedades Anônimas e a lei que instituiu a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) poderão ser modificadas por decisão do Senado, que vota na quarta-feira projeto oriundo da Câmara destinado a fortalecer o mercado de ações e proteger os acionistas minoritários.

As Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos aprovaram pareceres favoráveis à proposta, evitando emendar o texto para que ele não tenha que voltar à Câmara. As comissões entenderam que essas mudanças criam condições para que a CVM seja uma verdadeira agência reguladora do mercado de capitais. Se aprovado, o texto vai à sanção presidencial.

Hoje, o Senado inicia, em primeiro turno, a discussão de pro-

posta de emenda constitucional do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que constitucionaliza o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, para que se tornem permanentes na estrutura jurídica brasileira. A emenda ainda veda possíveis contingenciamentos ou limitações dos recursos desses fundos, para evitar que o governo federal recorra a esses expedientes quando houver incerteza em relação ao comportamento da arrecadação tributária e ao cumprimento das metas do déficit público.

Na mesma sessão, o Senado vota projeto que obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo (GLP) ou de gás natural a lacrar os botijões e a requalificá-los. Será votado ainda projeto des-



Plenário vai iniciar a discussão de proposta que constitucionaliza o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste

tinado a incluir Filosofia e Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio.

Quinta-feira, o Senado examina requerimento do senador Luiz Otávio (sem partido-PA) destinado a criar uma comissão temporá-

ria para, em 90 dias, conhecer, discutir e consolidar a legislação vigente e em tramitação no Congresso sobre direitos e vantagens dos idosos. Seu objetivo é elaborar proposição legislativa que disponha sobre o Estatuto do Idoso.

Novas normas devem fortalecer mercado de ações

O projeto que altera a Lei das Sociedades Anônimas cria condições para que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) atue como agência reguladora do mercado de capitais. A proposta foi aprovada na quarta-feira nas Comissões de Constituição e Justiça e de Assuntos Econômicos e, de acordo com os senadores

José Agripino (PFL-RN) e Pedro Piva (PSDB-SP), relatores da matéria, significará a democratização da gestão das empresas de capital aberto, possibilitando maior participação dos acionistas minoritários.

O projeto, que está pronto para votação no Plenário, traz como principais alterações uma série de normas de proteção aos pequenos acionistas. Uma delas é a volta do mecanismo do *tag-along*, garantindo aos acionistas minoritários, no caso de venda do controle da companhia, um preço da sua ação equivalente a 80% do preço negociado pelo majoritário, mediante oferta pública. Esse mecanismo, que existia na lei original, de 1976, foi retirado por iniciativa do governo, em 1997, para



José Agripino prevê a democratização da gestão das empresas de capital aberto

facilitar o programa de privatização.

Na hipótese de fechamento do capital, os acionistas minoritários ficam protegidos através de mecanismo pelo qual 10% deles poderão pedir revisão do "preço justo" oferecido por suas ações, uma vez que esse conceito é amplo e comporta uma série de cri-

térios patrimoniais e de mercado.

A proporção, no capital social, entre as ações preferenciais (sem direito a voto) e ordinárias (com direito a voto) fica sendo de 50% para cada tipo, exigindo-se maior representatividade do capital social em ações com direito a voto, para que se possa obter o poder de mando na companhia. Essa relação, contudo, somente será válida para as novas companhias que abrirem seu capital a partir da vigência da nova Lei das S.A.

Outra novidade é a previsão de novos crimes contra o mercado de capitais: o crime de manipulação do mercado, o de uso indevido de informação privilegiada e o de exercício irregular de cargo, profissão, atividade ou função.

Filosofia e Sociologia podem ser incluídas no ensino médio

Os alunos do ensino médio poderão ter Filosofia e Sociologia como disciplinas curriculares obrigatórias. O Plenário vota hoje projeto de lei da Câmara que obriga o ensino dessas duas matérias no nível médio. O projeto já foi aprovado pela Comissão de Educação (CE), com voto favorável do relator, senador Álvaro Dias (PSDB-PR).

Em seu voto pela aprovação da matéria, o parlamentar cita o professor Milton Meira do Nascimento, da Universidade de São Paulo (USP), para quem "o contato do aluno com a pluralidade do saber filosófico poderá assegurar-lhe uma visão mais rica do seu próprio mundo e dos problemas que enfrentará no seu cotidiano".

O senador afirmou que os conhecimentos de Sociologia "são fundamentais para a construção da cidadania e da democracia, na medida em que se constituem em chaves para a compreensão do desenvolvimento das sociedades e para o estabelecimento de relações responsáveis

do indivíduo com a coletividade a que pertence".

A proposição altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. O relator na CE cita trechos da LDB, para enfatizar que o currículo do ensino médio almeja que os alunos adquiram "a compreensão da relação existente entre o saber, historicamente construído e criticamente apreendido, e o processo produtivo; entre o conhecimento e a produção".

De acordo com o senador, o perfil pretendido para o aluno deverá provir de uma "sólida formação cultural geral". Assim, para ele, é "completamente injustificável" a ausência de matérias como a Sociologia e a Filosofia no ensino médio.

A proposta, apresentada pelo deputado Padre Roque, foi aprovada pelas Comissões de Educação, Cultura e Desporto e de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados. Se aprovada no Senado sem alterações, irá à sanção do presidente da República.



Álvaro Dias deu parecer favorável ao projeto aprovado na Câmara

Geraldo Quintão e comandantes militares falam amanhã à CRE

Autoridades deverão prestar esclarecimentos sobre licitação para compra de 108 aviões destinados a reequipar a FAB

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) ouvirá amanhã, a partir das 17h30, esclarecimentos do ministro da Defesa e dos comandantes do Exército, da Aeronáutica e da Marinha sobre a licitação para a compra de 108 aviões para a Força Aérea Brasileira, dentro do programa de reequipamento da FAB.

O convite foi feito pelo presidente da CRE, senador Jefferson Péres (PDT-AM), depois que o jornalista Luís Nassif manifestou-se preocupado em sua coluna, no jornal *Folha de S. Paulo*, com a ausência de qualquer referência, na documentação inicial do edital de compra, de preferência pela empresa que transferir tecnologia aos brasileiros ou mesmo preferência por equipamentos desenvolvidos no Brasil.

Conforme o jornalista, o programa de compra dos aviões coincide com o desaquecimento do



Iniciativa do convite para a audiência foi de Jefferson Péres, presidente da comissão

mercado internacional de material e tecnologia bélicos, acarretado pelo fim da Guerra Fria. Assim, esta seria uma boa oportunidade para o Brasil negociar "não apenas aviões, mas controle tecnológico".

Segundo o senador Jefferson Péres, o Brasil necessita substituir os obsoletos Mirage, adquiridos do grupo francês Dassault no início dos anos 70, assim como deve aumentar o valor

agregado de suas exportações. Por isso, o Executivo deve agir para melhorar sua tecnologia, abrindo espaço para vendas futuras de equipamentos da área bélica.

Serão questionados pelos senadores da CRE o ministro Geraldo Quintão, da Defesa, e os comandantes do Exército, Gleuber Vieira, da Aeronáutica, Carlos Almeida Baptista, e da Marinha, Sérgio Gitirana Chagasteles.

Comissão Conjunta do Mercosul realiza audiência

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul promove audiência pública amanhã para discutir o tema "A Formação de uma Comunidade Latino-Americana de Nações sob o Amparo Legal da Constituição Brasileira". Estarão presentes os embaixadores Luís Gonzalez Arias, do Paraguai; Juan José Uranga, da Argentina; e Augustín Espinosa, do Uruguai.

Nove deputados e igual número de senadores compõem a comissão, que tem como presidente o senador Roberto Requião (PMDB-PR). Entre outras atribuições, a comissão deve apresentar relatório sobre todas as matérias de interesse do Mercosul que venham a ser submetidas ao Congresso Nacional.



Roberto Requião é presidente da Comissão Parlamentar do Mercosul



Geraldo Althoff: convocação visa esclarecer irregularidades

CPI do Futebol ouve amanhã depoimento do vice-presidente do Vasco

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga as denúncias de irregularidades no futebol brasileiro ouve amanhã, às 10h, o vice-presidente administrativo do Clube de Regatas Vasco da Gama, Mário Cupello.

Segundo o relator da CPI, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), a convocação de Mário Cupello tem como objetivo esclarecer as irregularidades em que o clube estaria envolvido e apurar a real extensão da responsabilidade de cada um dos dirigentes em crimes como sonegação fiscal e evasão de divisas.

A comissão solicitou a presença de Cupello depois de o presidente do Vasco, deputado federal Eurico Miranda (PPB-RJ), convidado a depor, ter oferecido apenas o seu gabinete para o encontro com os integrantes da CPI. Na condição de parlamentar, Eurico tem a prerrogativa de escolher o local da reunião. A CPI, presidida pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR), considerou que o espaço não comportaria nem as pessoas nem os equipamentos necessários para que se realizasse uma audiência pública.

Osmar Dias propõe extinção de depósito em recurso trabalhista

Projeto de lei apresentado pelo senador Osmar Dias (sem partido-PR) extingue a exigência de depósito recursal nas ações trabalhistas. De acordo com o parlamentar, o entrave econômico ao amplo direito de defesa e à utilização dos recursos processuais disponíveis atua como inibidor e "pode cristalizar a injustiça de uma decisão judicial, impedindo a sua revisão". A matéria está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em caráter terminativo.

Segundo a justificativa do projeto, na prática o depósito recursal representa um encargo para os empregadores, em prejuízo da atividade econômica e da manutenção dos empregos. Essa verba, segundo o autor da proposta, fica paralisada, deixando de surtir efeitos benéficos na economia.

Osmar Dias argumenta que "a eliminação do depósito recursal e o resgate pelas empresas dos valores que se acham paralisados e sem utilidade efetiva nos co-

res públicos poderá representar um estímulo à produção e um alívio momentâneo para os empregadores, hoje submetidos ao pagamento de juros altíssimos, que sufocam o crescimento econômico".

De acordo com o autor do projeto, é conhecido o argumento de que o depósito recursal presta-se a evitar a interposição de recursos procrastinatórios e desnecessários. Nesses casos, afirmou Osmar Dias, pode ser caracterizada a litigância de má-fé, com a aplicação das penalidades previstas no Código de Processo Civil.

— Ocorre que, provavelmente pela própria existência do depósito recursal, há hoje resistência do Judiciário trabalhista na aplicação de pena aos litigantes de má-fé — observa o senador.



Projeto de Osmar Dias terá decisão terminativa na CCJ

Mozarildo: São Paulo precisa dar prioridade à questão social

Ao analisar estudos recentes da Organização das Nações Unidas sobre as cidades mais populosas do mundo, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) afirmou que a cidade de São Paulo precisará atribuir prioridade máxima à área social nos próximos anos para enfrentar, "com as condições mínimas de dignidade humana", o desafio de atender os 20 milhões de habitantes que deverá ter em 2015. Isso, ressaltou, implicaria reduzir as distâncias e as discrepâncias sociais, de modo a proporcionar um sentido de igualdade e de justiça a todos os paulistanos.

Ele disse que a quarta cidade mais populosa do planeta, com aproximadamente 18 milhões de habitantes, perdendo apenas para Tóquio, Cidade do México e Bombaim, "parece acolher o melhor e o pior que a globalização pode oferecer às sociedades modernas". Embora seja o maior centro industrial e financeiro do Brasil, observou, a cidade abriga, simultaneamente, "as mais intoleráveis mazelas da vida social moderna, sendo incapaz de oferecer teto, trabalho e educação a grande parte de seus moradores".

— Pobreza e riqueza, cultura e ignorância, consumo e mendicância,

injustiça e bondade, todos esses pares antitéticos da moralidade social parecem conviver sob um teto paulistano indiscutivelmente nada confortável ou harmônico — afirmou.

Mozarildo destacou que, nos últimos cinco anos, a Grande São Paulo registrou crescimento de quase 8% no número de mortes violentas, que passam de 440 a cada mês. Conforme o Núcleo de Estudos de Violência da Universidade de São Paulo, por ele citado, a explicação para tais números pode ser o ambiente de exclusão, miséria e abandono que "mina aos poucos a capacidade de os indivíduos sonharem e quererem fazer as coisas".

Depois de frisar que São Paulo não pode ser reduzida à pobreza e ao caos social, lembrou que a cidade concentra um dos mais agitados eixos culturais da América Latina, reunindo um grupo seleto de artistas e intelectuais, promovendo mais de 40 mil eventos anualmente e recebendo mais de 10 milhões de visitantes por ano.



Cresceu número de mortes violentas em SP, afirmou Mozarildo

CCJ deve votar projeto que autoriza consórcio para obras

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se nesta quarta-feira, às 10h, para apreciar pauta de 24 itens, entre os quais parecer da relatora, senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), pela aprovação de projeto do senador Ronaldo Cunha



Maria do Carmo Alves é favorável ao projeto de Ronaldo Cunha Lima

Lima (sem partido-PB) que autoriza municípios e estados a formarem consórcio para implementar política comum de desenvolvimento. A decisão é terminativa.

Em seu relatório, Maria do Carmo considerou prejudicado projeto de autoria do senador Geraldo Althoff (PFL-SC), que trata do mesmo assunto e está tramitando em conjunto, por considerá-lo menos abrangente que a proposta de Ronaldo Cunha Lima. Além de disciplinar a constituição dos consórcios para a realização de serviços, atividades e obras de interesse comum, o projeto do senador pela Paraíba trata da personalidade jurídica destes consórcios e estabelece normas para garantir o caráter público de sua gestão.

Também está na pauta da CCJ parecer de Pedro Simon (PMDB-RS) favorável ao projeto do senador Osmar Dias (sem partido-PR) que disciplina as relações trabalhistas rurais. A decisão terminativa caberá à Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A proposta pretende adequar a legislação à nova realidade do meio rural, estabelecendo maior segurança jurídica às partes envolvidas. Outra matéria que poderá ser apreciada pela CCJ, presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), é o parecer de Lúcio Alcântara (PSDB-CE), favorável a proposta do então senador Júlio Eduardo (PT-AC) que determina que as águas superficiais ou subterrâneas, inclusive os aquíferos (depósitos subterrâneos de água) que banhem mais de um estado, sirvam de limite com outros países ou se estendam a território estrangeiro, constituem bens da União.

Para a senadora, é de difícil entendimento a matemática utilizada pelo governo, pela qual preços e tarifas têm reajuste frequente, seguindo os mais diversos índices e até a variação das cotações do dólar, enquanto o salário não pode ter qualquer indexação. Marluce lembrou que a Constituição determina, em seu art. 37, a revisão geral e anual dos salários dos servidores públicos, que deverá ser feita sempre na mesma data e sem distinção de índices. Apesar desse dispositivo constitucional, o governo vem promovendo uma série de aumentos diferenciados entre os servidores. A senadora reconhece, contudo, a importância de se manter o controle fiscal, numa hora em que a arrecadação tende a cair.

Marluce considera injusto um reajuste de 3,5% para servidor

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) fez na sexta-feira um apelo a todos os parlamentares para que se unam, a despeito de suas posições partidárias, em busca de uma solução para o problema do reajuste salarial dos servidores públicos em janeiro de 2002.



Marluce lembra que servidores reivindicam aumento de 75,48%

A senadora considerou "uma injustiça" o aumento linear de 3,5% oferecido pelo governo e constante da proposta orçamentária de 2002, ora em tramitação no Congresso.

Marluce, que faz parte da subcomissão criada para estudar a questão do reajuste do funcionalismo público e propor soluções junto à Comissão Mista de Orçamento, lembrou que a categoria está reivindicando reajuste de 75,48% para repor as perdas dos últimos sete anos.

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), segundo a senadora, estima que os gastos do governo federal com os salários

dos funcionários públicos elevaram-se em 56,97% no período entre 1995 e 2001. Nesse mesmo período, disse Marluce, as despesas com os juros da dívida pública apresentaram um salto de 319,29%.

Para a senadora, é de difícil entendimento a matemática utilizada pelo governo, pela qual preços e tarifas têm reajuste frequente, seguindo os mais diversos índices e até a variação das cotações do dólar, enquanto o salário não pode ter qualquer indexação.

Marluce lembrou que a Constituição determina, em seu art. 37, a revisão geral e anual dos salários dos servidores públicos, que deverá ser feita sempre na mesma data e sem distinção de índices. Apesar desse dispositivo constitucional, o governo vem promovendo uma série de aumentos diferenciados entre os servidores.

A senadora reconhece, contudo, a importância de se manter o controle fiscal, numa hora em que a arrecadação tende a cair.

CAE examina proposta para financiamento da casa própria

Projeto de Antonio Carlos Valadares permite a pessoas com renda de até 20 salários mínimos formar condomínios com recursos do SFH

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) examinará amanhã, a partir das 10h, projeto que cria um programa alternativo destinado a financiar a construção de casa própria. Pela proposta, pessoas com renda de até 20 salários mínimos (R\$ 3.600) poderão formar condomínios para construção de casas ou apartamentos parcialmente financiados pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

Trata-se de projeto do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que cria o Programa de Construção Associativa da Casa Própria, pelo qual grupos de quatro a 80 pessoas poderão ser constituídos a fim de obter financiamentos para construção de casa própria, em regime associativo. A proposta estabelece que o novo programa fará parte do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), que emprestará até 60% do dinheiro à associação. Os outros 40% devem sair do bolso dos associados.

O relator da matéria, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), apresentou parecer favorável ao projeto, que será votado de forma terminativa, ou seja, não precisará passar pelo Plenário, exceto se houver requerimento com essa finalidade. A proposta estabelece algumas regras para obtenção do financiamento, sendo a primeira delas a propriedade do terreno, cujo valor poderá ser abatido do



Antonio Carlos Valadares propõe programa alternativo para construção de residências

total de 40% que cada beneficiário deverá dispor.

Conforme o projeto, as moradias deverão ser edificadas na forma de condomínios, horizontais ou verticais, e sob a assessoria de entidade especialmente contratada para executar os projetos e fiscalizar as construções. Um associado poderá transferir seus créditos e obrigações a terceiros, desde que estes satisfaçam as condi-

ções impostas para a concessão do financiamento.

A CAE também examinará amanhã projeto de Osmar Dias (sem partido-PR) que permite a mudança do índice inflacionário usado na correção das dívidas estaduais refinanciadas pela União. A idéia é autorizar contratos aditivos de renegociação, para que o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas, seja substituído pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O senador argumenta que o IPCA é usado atualmente como índice oficial de inflação pelo governo, o qual passou a empregá-lo inclusive em contratos com o exterior.

A comissão examinará ainda solicitação do governo da Bahia para tomar empréstimo de R\$ 54 milhões junto ao Banco Mundial para financiar o Projeto de Combate à Pobreza no Interior da Bahia.

Programa de Construção Associativa da Casa Própria

- Financiamento de até 60% dos custos de construção pelo Sistema Financeiro de Habitação
- Destinado a famílias com renda máxima de 20 salários mínimos
- Viabilizado pela ação de grupos constituídos com o limite de 4 a 80 associados
- O número de associados terá que corresponder ao número de habitações a serem construídas

CAS analisa substitutivo de Tião Viana à venda de remédios a granel

O substitutivo do senador Tião Viana (PT-AC) a projeto que permite às farmácias vender remédios a granel, na quantidade exata indicada na prescrição médica, será votado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) nesta quarta-feira, às 14h, em turno suplementar. A matéria altera a Lei 6.360 que dispõe sobre a vigilância sanitária a que estão sujeitos os medicamentos. O substitutivo amplia os tipos de apresentação dos medicamentos a serem vendidos a granel.



Tião Viana prevê benefícios para os consumidores

Em sua justificativa, o senador Tião Viana afirma que não há por que restringir a norma às três apresentações previstas no projeto (comprimidos, cápsulas e ampolas). "Medicamentos apresentados sob a forma de drágeas, pílulas, tabletes e supositórios também são passíveis de serem

vendidos a granel e reembalados, com idêntico benefício para os consumidores", explica o senador em sua justificativa.

Serão apreciados também o projeto que concede o benefício do seguro-desemprego a pescadores artesanais durante os períodos de defeso (período de desova e reprodução de peixes e crustáceos); o que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos; o que regulamenta a profissão de treinador de goleiros e o que regulamenta a profissão de cerimonialista e suas correlatas.

Patrocínio sugere campanha em favor do deficiente e do idoso

Senador defende maior oportunidade de trabalho para portadores de deficiência e cumprimento das políticas voltadas para a terceira idade

O senador Carlos Patrocínio (sem partido-TO) fez um apelo da tribuna, na sexta-feira, para que seja promovida uma ampla campanha nacional em favor do idoso, do deficiente e da gestante.

— Precisamos difundir atitudes e comportamentos mais humanos, mais solidários e menos carregados de preconceitos para com parcela tão grande de nossa população — afirmou.

Ele informou que, atualmente, existem cerca de 16 milhões de portadores de alguma deficiência física, sensorial ou mental. Desse grupo, nove milhões estão em idade de trabalhar, mas apenas 11%, ou seja, um milhão de deficientes, encontram-se empregados.

Patrocínio destacou que o governo editou recentemente o Decreto nº 3.298, que regulamenta a

Lei nº 7.853, estabelecendo uma política para a integração dos portadores de deficiência na sociedade e no trabalho.

O decreto prevê, entre outras medidas, a reserva de postos de trabalho para deficientes nas empresas com 100 ou mais empregados. O senador disse que a medida é importante, mas perguntou se será eficiente para ampliar as oportunidades de trabalho aos portadores de deficiência.

— Sabemos que quando uma empresa contrata deficientes, por ser obrigada a admitir, pode usar de expedientes negativos com esses trabalhadores, fomentando ainda mais a discriminação — destacou.



Apenas 11% dos deficientes no país estão empregados, informou Patrocínio

Quanto aos idosos, Patrocínio observou que, atualmente, há no país mais de 13 milhões de pessoas com idade acima de 60 anos. A se confirmarem as previsões, lembrou, o Brasil chegará ao ano 2025 com 32 milhões de idosos, número quase equivalente à atual população da Argentina.

O senador disse ainda que, com a regulamentação da Política Nacional do Idoso, foram adotadas ações em favor dos seus direitos, como a prioridade de atendimento. Apesar de reconhecer que o governo tem tomado importantes iniciativas no campo da legislação, ele cobrou o cumprimento das políticas destinadas aos deficientes e idosos.

Quintanilha cobra ações para combate eficaz à violência

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) cobrou do governo medidas eficazes no combate à violência urbana, salientando que os índices de criminalidade têm atingido patamares alarmantes no país. O senador chamou a atenção para a superlotação dos presídios, a lentidão do sistema judiciário e a falta de investimentos na melhoria das condições salariais e de trabalho das corporações policiais.

A crise do sistema penitenciário, disse Quintanilha, atingiu seu momento crítico no início do ano com rebeliões simultâneas em 29 penitenciárias do estado de São Paulo. O senador lembrou que o Plano Nacional de Segurança, anunciado pelo governo após a crise nas penitenciárias, não apresentou grandes avanços, uma vez que a violência é crescente nos centros urbanos do país.

Quintanilha afirmou que o sistema carcerário, com condições precárias de ocupação sadia e de orientação adequada, torna os presos ainda mais violentos. O senador aponta também o aumento do consumo de drogas como um fator de estímulo à criminalidade.

Ele acrescentou que devem ser garantidas aos policiais condições salariais dignas, treinamento apropriado e equipamentos de última geração. Quanto ao Judiciário, o senador defendeu a redução dos prazos processuais e maior rapidez nas decisões.



Quintanilha: sistema carcerário torna presos mais violentos

Eduardo analisa as causas do aumento da criminalidade no país

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) disse que o aumento da violência no país não está relacionado somente com a falta de policiamento ou com o desmantelamento do aparelho policial, mas se deve também a causas mais profundas e universais que é preciso identificar para encontrar medidas eficazes de combatê-las.

Entre as causas a serem consideradas, Eduardo listou a ineficácia do processo educacional e as transformações operadas em todas as áreas pela revolução tecnológica, a rapidez da divulgação de informações, a “perda de valores consolidados e sua substituição por outros, freqüentemente equivocados”.

Embora considere ingênuo culpar os meios de comunicação pela difusão do que chamou de “consciências distorcidas e personalidades desestruturadas”, o senador observou, no entanto, que “não há como deixar de estabelecer um paralelo” entre a criminalidade na vida real e o conteúdo oferecido pelos meios de comunicação.

Eduardo Siqueira Campos também elogiou os programas sociais Pioneiros-Mirins, ABC da Cidadania e Pró-Moradia, desenvolvidos pelo governo do Tocantins, como iniciativas positivas no sentido de atenuar a tensão social e melhorar a qualidade de vida da população, combatendo, inclusive, o aumento da violência.



Eduardo cita entre as causas a “ineficácia do processo educacional”

Tevês e rádios poderão destinar metade de seus programas à cultura local

A Comissão de Educação (CE) discute amanhã, a partir das 11h30, projeto do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) determinando que 50% da programação das emissoras de rádio e televisão seja produzida e voltada para a cultura local. O projeto recebeu parecer favorável do relator, senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), que apresentou substitutivo ampliando para dois anos, a contar da data da publicação da lei, o prazo de adaptação das emissoras à nova norma. No projeto original esse prazo era de 180 dias.

O substitutivo prevê multa de R\$ 1 mil a R\$ 20 mil, atualizados na forma da legislação vigente, para os casos de descumprimento da lei.

Conforme explica Maldaner em seu relatório, Antero destaca que “a facilidade sempre crescente da telecomunicação propiciou a criação de um circuito nacional de televisão, transformando as emissoras regionais em meras repetidoras daquelas sediadas nas capitais, especialmente Rio e São Paulo”.

Para o autor do projeto, a determinação de que metade da programação das rádios e tevês deve ser produzida e voltada para a cultura local não resulta de uma postura retrógrada, “de querer fechar completamente

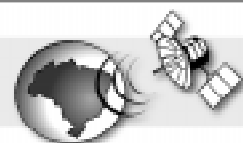


Casildo Maldaner apresentou substitutivo ao projeto de Antero Paes de Barros, em exame na CE

as comunidades brasileiras periféricas às influências advindas dos grandes centros nacionais e mesmo internacionais”. Antero advoga a necessidade de “garantir um mínimo de defesa contra a completa pasteurização dos gostos e dos costumes populares.

Na pauta da CE constam ainda o exame do substitutivo ao projeto que obriga o uso da linguagem de sinais em todas as veiculações em televisão do governo federal; o projeto que denomina “Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes — Gilberto Freyre” o aeroporto localizado na capital pernambucana; e dois projetos de decreto legislativo relativos à exploração de serviços de radiodifusão nas cidades de Santa Cruz do Capibaribe (PE) e Olinda (PE).

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h — Saúde/Unip — Diabetes — Parte 1
6h30 — Agenda Econômica — O deputado federal Antônio Kandir fala sobre a nova Lei das Sociedades Anônimas
7h30 — Entrevista — O senador do Uruguai Juan Singer, ex-presidente do Parlatino, fala sobre a Alca e o combate à pobreza
8h — As Cores do Brasil — Camboriú
8h30 — Saúde/Unip — Diabetes — Parte 1
9h — Especial — Símbolos
9h30 — Entrevista — O sen. Geraldo Cândido fala sobre a Conferência Nacional Anti-Racismo
10h — Especial — Seca, a Terra, a Luta, a Gente
11h30 — Idéias — Os senadores: opinião, discursos e novos projetos
12h — Os Caminhos da Arte — Equador
12h30 — Entrevista — O senador do Uruguai Juan Singer,

ex-presidente do Parlatino, fala sobre a Alca e o combate à pobreza
13h — Fala Cidadão — A conexão do Senado com a sociedade
13h30 — Agenda Econômica — O deputado federal Antônio Kandir fala sobre a nova Lei das Sociedades Anônimas
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 — Entrevista — O sen. Geraldo Cândido fala sobre a Conferência Nacional Anti-Racismo
19h — Idéias — Os senadores: opinião, discursos e novos projetos
19h30 — Agenda Econômica — O deputado federal Antônio Kandir fala sobre a nova Lei das S.A.
20h30 — Entrevista — O senador do Uruguai Juan Singer, ex-presidente do Parlatino, fala sobre a Alca e o combate à pobreza
21h — Jornal do Senado — O resumo das atividades do Senado
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



Para João Alberto Souza, governo deve atuar com mais vigor e competência

João Alberto pede segurança para população

O senador João Alberto Souza (PMDB-MA) defendeu a necessidade de o governo atuar com mais vigor e competência no combate à violência que atinge o país. Os custos decorrentes do aumento dos crimes, acidentes e seqüelas deixadas por esses crimes demonstram, na opinião do senador, que “o Estado nacional encontra-se numa situação de calamidade em face de uma de suas finalidades primordiais”, que é a de garantir a segurança dos cidadãos.

Em 2001, lembrou o senador, só o estado de São Paulo sofreu 102 seqüestros. Ele citou dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) relativos aos investimentos públicos em segurança segundo os quais o Brasil gasta R\$ 105 bilhões por ano para fazer frente aos crimes e suas conseqüências. O montante representa 10,5% da riqueza anual produzida pelo país; considerado o orçamento nacional destinado à área de saúde, aquele valor equivale a cerca de 4% a 7% dos recursos destinados ao atendimento sanitário, comparou João Alberto Souza.

O senador afirmou ainda que a população brasileira gasta R\$ 11 bilhões por ano em equipamentos de alarmes e movimentada R\$ 300 milhões com o comércio de armas, além de possuir uma frota de 100 mil carros blindados. João Alberto mencionou também dados preliminares em poder do Ministério da Justiça mostrando que o contingente da segurança pública nacional, abrangendo Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, não atinge 500 mil pessoas.

Para o senador, as recentes greves dos policiais em vários estados do Brasil serviram de anúncio do caos que pode se instalar no país se as reivindicações não forem atendidas.

Moreira Mendes critica MP que altera Código Florestal

Segundo o senador, medida pode inviabilizar economia da Região Norte ao aumentar de 50% para 80% a área de reserva ambiental

O aumento de 50% para 80% da área de reserva ambiental das propriedades na Amazônia Legal, previsto na Medida Provisória (MP) que altera o Código Florestal Brasileiro, voltou a ser criticado pelo senador Moreira Mendes (PFL-RO). Ele alertou que a medida poderá inviabilizar a economia da Região Norte.

Para Moreira Mendes, o dispositivo “é ilegal e inconstitucional” porque não respeita o direito adquirido dos proprietários, e já provoca reflexos negativos no estado de Rondônia. Como exemplo, ele informou que o Banco da Amazônia (Basa) já está estabelecendo restrições para a liberação de empréstimos aos empresários que não se enquadrem no art. 16 da MP, que trata da preservação de 80% das terras.

— Como ficam todos os proprietários deste imenso país que, ao

comprarem as suas propriedades rurais, tinham assegurado e garantido o direito de poder explorar 50% da sua área e, agora, se vêem obrigados, por força desse dispositivo da medida provisória, a preservar 80% da sua área? — questionou.

Moreira Mendes acha que a determinação irá prejudicar o desenvolvimento e o crescimento econômico do estado — que sempre cumpriu todas as determinações legais relacionadas ao meio ambiente, garantiu. Ele também criticou algumas organizações não-governamentais (ONGs) que, notou, ao passarem a idéia de que defendem o meio ambiente, “muitas vezes estão fora da realidade e prejudicam



Moreira Mendes: o dispositivo “é ilegal e inconstitucional”

amazônica.

O senador defendeu o zoneamento socioeconômico e ecológico de Rondônia como instrumento adequado ao desenvolvimento sustentado. As alterações no Código Florestal foram discutidas na última segunda-feira, em Ji-Paraná (RO), por 45 entidades. Moreira Mendes esteve no encontro, onde pediu calma à população, insatisfeita com a MP.

Cabral reclama ação do governo contra a seca

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) reclamou, em discurso na sexta-feira, ações governamentais contra a seca do Nordeste. Cabral defendeu políticas públicas associadas a um sólido programa de desenvolvimento regional integrado. A seca do Nordeste, advertiu, pode prolongar-se até 2005 ou 2007, de acordo com previsões de especialistas, e apenas medidas emergenciais estão sendo tomadas. “Parece coisa do realismo fantástico”, disse.

Cabral acredita que a transposição das águas do Rio São Francisco traria nova perspectiva à

população, mas, depois de 150 anos de estudos sobre o assunto, o projeto está engavetado por falta de decisão política, afirmou. Para o senador, a seca na região não é um flagelo incompreensível: pode ser explicado racionalmente por diversos fatores, como o latifúndio improdutivo, o monopólio da água, o tipo do solo e a falta de educação formal do sertanejo, entre outros.

O senador leu trechos de uma carta enviada a ele por Raimundo Diniz de Mesquita. São sete páginas manuscritas por um cidadão indignado com a situação da seca. Mesquita citou



Bernardo Cabral: apenas medidas emergenciais estão sendo tomadas para enfrentar seca no Nordeste

exemplos de soluções para problemas semelhantes encontradas por outros povos, como a construção de aquedutos feita pelos romanos e a dessalinização do Mar do Caribe, em Aruba.



Marina Silva quer comparar levantamentos sobre a ONG Associação Amazônia

CPI das ONGs recebe amanhã o deputado Sérgio Carvalho

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga as denúncias de atuação irregular de algumas organizações não-governamentais (ONGs) na Amazônia recebe amanhã o deputado federal Sérgio Carvalho (PSDB-RO), relator da CPI da Grilagem de Terras Públicas, da Câmara dos Deputados. Presidida pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), a

comissão reúne-se às 17h30.

Autora do requerimento que convocou o deputado, a senadora Marina Silva (PT-AC) entende que a presença do parlamentar servirá para comparar os levantamentos realizados pela CPI da Assembléia Legislativa de Roraima com o que foi apurado na Câmara dos Deputados sobre a ONG Associação Amazônia.

Alcântara elogia o trabalho do Inmetro

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) elogiou o trabalho desenvolvido pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (Inmetro) e destacou a importância da entidade, que “tem sido um instrumento poderoso para elevar a qualidade dos produtos brasileiros e para a concretização da política de aumento da exportação”. Ele lembrou que o Inmetro é considerado o mais completo instituto de metrologia e qualidade da América Latina, e situa-se entre os mais respeitados do mundo.

Moreira registra os 30 anos da Emater-RO

Ao registrar o aniversário de 30 anos de fundação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Rondônia (Emater-RO), completados no último dia 31 de agosto, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) frisou que o trabalho de extensão rural desenvolvido pela entidade foi marcante e decisivo para o sucesso da agricultura familiar da região. De acordo com o parlamentar, no ano passado a Emater assistiu mais de 49 mil famílias e apoiou cerca de 1,3 mil organizações sociais rurais.

— Não fosse a determinação, o descortino, o compromisso com o pequeno produtor e, sobretudo, a abnegação e o verdadeiro apostolado do corpo de funcionários da Emater, certamente a situação da agricultura em Rondônia seria outra — disse.

Jucá aplaude serviço do Tribunal de Contas da União

Com base em relatórios das atividades do terceiro e do quarto trimestres do ano 2000 do Tribunal de Contas da União (TCU), o líder do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR) destacou a importância da instituição para a democracia. Ele afirmou que o tribunal tem prestado relevante serviço ao país, em especial ao Congresso, ao realizar auditorias a pedido de comissões como a Comissão Mista de Orçamento. Ele ressaltou que o Congresso recorre ao TCU para poder exercer a função de controlar as ações do Poder Executivo.

O senador afirmou que o TCU mostra-se cada vez mais comprometido com a missão de assegurar a efetiva e regular gestão do dinheiro público, ao buscar o aumento da efetividade do controle nos diversos níveis da administração pública.

Jucá também elogiou a atuação da Petrobras ao longo deste ano, quando apresentou lucro líquido de US\$ 5 bilhões. Ele aplaudiu a decisão da empresa de, em um prazo de oito anos, investir pesadamente em formas alternativas de energia, contribuindo para o desenvolvimento do país.

Jucá ressalta maturidade política no encontro de FHC com líderes do Congresso

Líder do governo no Senado considera a reunião “um momento marcante” para o país e destaca posição brasileira de defender a criação de leis severas de combate ao terrorismo

O encontro que o presidente Fernando Henrique Cardoso realizou com as lideranças do Congresso na tarde



de quinta-feira, no Palácio do Planalto, representa um momento marcante na evolução política do país. A avaliação foi feita pelo líder do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR), que destacou a maturidade com que os interlocutores da reunião trataram da crise internacional relacionada com os ataques terroristas

sofridos pelos Estados Unidos.

Fernando Henrique, contou o senador, convidou os líderes, inclusive os dos partidos de oposição, para manifestar sua preocupação e a do governo brasileiro com os efeitos que a tragédia norte-americana poderá causar ao ser humano. Ele disse que o presidente fez questão de salientar a importância de os governos mundiais centrarem seus esforços na preservação da paz e



Jucá registra elogio da ONU a programas de reforma agrária no Brasil

das pessoas, independentemente das conseqüências econômicas que a crise possa ter nos diferentes países.

Conforme relato de Jucá, também o ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, descreveu a posição do Brasil diante da crise internacional e disse que o governo defende a criação de leis seve-

ras de combate ao terrorismo. Essa posição, de acordo com o senador, foi sustentada por todos os líderes partidários.

REFORMA AGRÁRIA

Jucá aproveitou para registrar relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), divulgado recentemente, em que o Brasil é elogiado por seus programas de reforma agrária. O documento, afirma Jucá, destaca o ritmo de crescimento da produção agrícola do país, resultante do estímulo que o governo tem dado aos programas de apoio ao pequeno produtor rural.

Francelino quer aumentar segurança nos aeroportos

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) afirmou que o Brasil tem que mudar o funcionamento de seus aeroportos, diante do drama dos ataques terroristas ocorridos nos Estados Unidos. Para o senador, os principais aeroportos que merecem atenção no país são os da Pampulha,



Francelino Pereira pede mudanças em pelo menos três aeroportos

em Belo Horizonte, Congonhas, em São Paulo, e Santos Dumont, no Rio de Janeiro. Segundo ele, iniciativas de segurança nesses aeroportos podem evitar futuras catástrofes.

Na opinião de Francelino, esses aeroportos, localizados em grandes centros urbanos, estão sendo muito utilizados, por comodidade, colocando em risco os passageiros e

as cidades. Especificamente em Belo Horizonte, narrou, o Aeroporto de Confins, seguro e bem preparado, está sendo subutilizado.

O senador sugeriu um debate sério sobre a aviação civil e disse esperar que a Comissão de Assuntos Econômicos marque audiência pública para

discutir o assunto, conforme seu requerimento nesse sentido, já aprovado.

Em aparte, Carlos Patrocínio (sem partido-TO) disse que o mundo será diferente depois dos atentados praticados nos EUA, sobretudo na aviação civil, acrescentando que os aeroportos citados por Francelino são “barris de pólvora”.

Atentados e intolerância são típicos do século 20, diz Fogaça

O senador José Fogaça (PMDB-RS) considera os atentados terroristas nos Estados Unidos como parte da ideologia e sistema de crenças típicos do século 20, o mais mortífero de todos os tempos. Ele não concorda que o episódio caracterize a primeira guerra do século 21, pois sua motivação ainda é típica do século que terminou no calendário, mas não no mundo das idéias.

Para Fogaça, o século 20 se caracterizou por ser a era da intolerância,

em que as pessoas não se dispunham a abrir mão de seus sistemas ideológicos e religiosos.

— Infelizmente, nada mudou. Mesmo os que falam de paz na ver-

dade querem a prevalência do seu sistema de poder — argumentou.

Segundo Fogaça, o neoliberalismo prega, aparentemente, a liberdade. Na verdade, é o sistema que



Para Fogaça, o século 20 se caracterizou como a era da intolerância

privilegia os mais fortes e bem dotados, no qual os fracos não têm vez.

— Para mostrar sua bandeira, os mais fracos apelam para o terrorismo, a destruição e a morte, o que lhes parece a única saída. Matam e vão para o paraíso, de acordo com suas crenças — comentou.

Em aparte, o líder do governo, Romero Jucá (PSDB-RR), afirmou que o grande desafio do século 21 não é combater ou vencer o terrorismo, mas construir uma sociedade mais justa e fraterna.

Lauro critica “maniqueísmo” de George Bush

O senador Lauro Campos (PDT-DF) criticou as atitudes do presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, durante e após os atentados terroristas contra Nova York e Washington. Para Lauro, a declaração de Bush de que agora haverá a guerra do bem contra o mal revela um maniqueísmo perigoso.

Somente no período da Guerra Fria, os EUA investiram US\$ 15 trilhões em armamentos, tornando-se a maior potência bélica do mundo, destacou o senador. E isso não é coisa do passado, prosseguiu, pois Bush voltou de viagem ao exterior na qual preparou terreno para investir mais US\$ 1 trilhão na montagem de escudo antimísseis, que significa mais armamentos.

Os EUA, para Lauro, têm assumido uma posição tão fanática quanto a de seus adversários e, por terem obtido a liderança técnica, política e econômica no pós-guerra, pensam hoje que são o povo eleito por Deus.

Segundo o senador, em muitas guerras ao longo da história os EUA se apropriaram de mais da metade do território do México, atiraram bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki (no Japão) e, em favor da indústria bélica, estimularam conflitos em diversos pontos do mundo. Para completar, têm sido indiferentes à miséria na África e ao sofrimento na América Latina, disse.

Apesar disso, “a guerra deles é a guerra do bem”, observou Lauro, ressaltando que o megaespeculador George Soros financiou um exército talibã para jogá-lo contra a extinta União Soviética, e que o terrorista Osama Bin Laden e o presidente Saddam Hussein, do Iraque, ex-amigos dos Estados Unidos e seus protegidos, agora não fazem mais parte do “império do bem”.

O ataque sofrido pelos EUA exige muita reflexão, observou Lauro.

— Por trás da cortina de fumaça do ataque aos símbolos do capitalismo bélico norte-americano, há que se refletir sobre os dizeres aos pés da Estátua da Liberdade: “Violência gera violência. Só o amor constrói para a eternidade”, advertiu.



Lauro Campos: ataque sofrido pelos EUA exige muita reflexão

Maguito Vilela teme onda de violência em escala mundial

Os ataques terroristas ocorridos nas cidades de Nova York e Washington levaram o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) a ponderar sobre a possibilidade de os Estados Unidos usarem esses acontecimentos como pretexto para desencadear uma onda de violência em escala mundial. Na opinião do senador, as retaliações norte-americanas podem vitimar uma enorme quantidade de pessoas tão inocentes quanto as que morreram no de-

sabamento das torres do World Trade Center.

— Não existem mocinhos nem bandidos — afirmou Maguito, ressaltando que não estava, com essas declarações, justificando os ataques que causaram milhares de mortes nos EUA.

Por entender que as desigualdades sociais ajudam a explicar a atitude dos terro-



Maguito diz que globalização gera “exclusão inaceitável”

ristas, o senador disse que, enquanto povos inteiros estiverem subjugados, o mundo continuará sujeito a testemunhar ou sofrer atentados como os que abalaram Nova York. Maguito afirmou que são vários os países que vivem sob opressão econômica e social, “como resultado de um processo de globa-

lização que enriquece as nações mais desenvolvidas e prejudica as mais pobres, gerando uma exclusão inaceitável”. Ele citou a tensão vivida na Palestina, onde israelenses e árabes se enfrentam diariamente.

— Não há como admitir que, no atual estágio das relações diplomáticas e humanas, o povo palestino continue vivendo sob a vigilância militar dos israelenses, sem país, sem pátria, espremidos pelo preconceito e pelo ódio — afirmou.